

ALFREDO MARQUES \*

## PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

— DE ALGUNS LIMITES DE ENSINAMENTOS  
DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA (\*\*)

Cerca de duas décadas já decorridas de promoção de exportações em Portugal poderiam (e deveriam, em boa lógica) servir para repensar e reorientar um modelo que, em múltiplos aspectos incluindo os mais importantes, não tem produzido os efeitos de industrialização e desenvolvimento de que é suposto ser portador. Os resultados negativos da experiência já realizada não parecem, contudo, influenciar decisivamente a orientação da política económica, nem no passado nem no presente, e o cenário que se desenha com maior probabilidade de realização no futuro imediato é de molde a reforçar o modelo anterior, em vez de fazê-lo evoluir para outro realmente criador de condições para a consecução daqueles efeitos.

O objectivo deste texto é pôr em relevo algumas das insuficiências principais desta experiência exportadora e, simultaneamente, pesquisar soluções para a mudança necessária. Um primeiro ponto tratará, assim, da dinâmica das exportações e das importações, fazendo sobressair os primeiros aspectos da inserção internacional da economia portuguesa. Num segundo ponto, far-se-á a identificação da estrutura da especialização nacional e a análise da sua evolução. Num terceiro e último ponto, procuraremos estabelecer a relação, por um lado, entre o

---

\* Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

\*\* Agradecemos ao Miguel Morgado a colaboração prestada na parte estatística deste trabalho. Cumpre-nos, por outro lado, assinalar que o Quadro XIII resulta de uma investigação conjunta com Armando Pereira.

padrão de especialização e o desequilíbrio externo e, por outro, entre estes e a fraqueza do impacto do modelo exportador no sistema produtivo interno.

#### 1. EXPORTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NOS ANOS 60 E 70

O grau e o modo de inserção da economia portuguesa na economia mundial podem aferir-se, numa primeira aproximação, pela taxa de abertura através do comércio externo. O Quadro I mostra, assim, uma tendência de longo prazo para o reforço da internacionalização pelo lado das exportações, com alguns sub-períodos distintos: relativa estabilidade entre 1959 e 1963, mas já com tendência à alta; intensificação do movimento em 1964 com subida para um patamar que se mantém até 1972; nova subida em 1973 e 1974, mas com descida nos dois anos seguintes para valores iguais ou inferiores aos de início do período e novamente subida a partir de 1977 para valores que ultrapassarão os mais altos verificados antes e atingirão, pela primeira vez, mais de 20% em 1983.

Se observarmos, porém, a taxa de cobertura externa (Quadro II), constatamos uma tendência à alta até 1968, uma posterior degradação até 1977 — primeiro lenta (1969-1973), depois rápida (1974-1977) — e, mais recentemente, um movimento irre-

#### QUADRO I

Taxa de abertura (TA) global (1) — %

Ano	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Taxa	12,8	13,2	12,2	13,0	13,6	15,5	15,5	15,4	15,1
Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	
Taxa	14,8	15,2	15,3	15,0	15,2	16,1	17,1	13,1	
Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	
Taxa	11,8	12,4	13,5	17,7	18,8	17,4	17,9	22,1	

(1) — TA = Total Exp./PIB

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Externo e Contas Nacionais* BP, *Relatório do Conselho de Administração*.

gular com subidas e descidas onde se apercebe um movimento para a alta, mas sem recuperação dos valores anteriores. Quer dizer, assim, no conjunto do período, o processo de internacionalização assentou ainda mais nas importações do que nas exportações.

QUADRO II

Taxa de cobertura externa (TCE) global (1) — %									
Ano	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Taxa	61,1	60,0	49,7	63,2	63,7	66,5	62,4	61,9	67,6
Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	
Taxa	70,5	66,8	60,8	58,3	58,9	60,7	49,1	49,6	
Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	
Taxa	42,1	40,7	46,3	53,0	49,0	42,2	44,0	56,4	

(1) — TCE=Total Exp. (FOB)/Total Imp. (CIF)

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Externo*  
BP, *Relatório do Conselho de Administração*

A nível sectorial, verifica-se que a abertura ao exterior através das exportações (Quadro III) apresenta coeficientes muito díspares dum as categorias para as outras, sendo mais pronunciada, no início do período, nas indústrias extractivas, na alimentação, bebidas e tabaco, nos têxteis (sem vestuário), na madeira, cortiça e mobílias, na pasta e papel e nas químicas. No começo dos anos 70 há uma extraordinária ascensão do vestuário, calçado e curtumes, assim como dos derivados do petróleo e carvão e da construção e reparação naval, mas só a do primeiro destes sectores irá manter-se posteriormente. Paralelamente, reforça-se, ao longo do período, a abertura em alguns sectores já antes extrovertidos, mantendo-se contudo apenas nos casos dos têxteis e da pasta de papel, e decresce nos das indústrias extractivas, da alimentação, bebidas e tabaco e das químicas.

Apesar do nível de agregação ainda elevado destas rubricas, nota-se já que, em geral, os sectores de maior abertura e em que esta se mantém são também aqueles em que a taxa de cobertura externa é mais elevada e tende a manter-se ou a

## QUADRO III

Taxa de abertura (TA) desagregada — %

	1959	1964	1970	1974	1977
TA global (1)	12,8	15,5	15,3	17,1	12,4
TA por grupo de prod. (2)					
Ag., Silv., Pec. e Pesca	6,2	11,9	12,6	8,8	7,1
Indústrias extractivas	45,4	82,5	177,1	165,1	36,8
Alim., Bebidas e Tabaco	42,1	17,2	37,7	49,6	21,3
Têxteis	43,7	65,3	70,2	81,8	67,2
Vest., Calçado e Curtumes	13,3	29,9	62,0	121,5	58,1
Madeira, Codtiça e Mobiliário	106,7	98,5	105,1	110,3	77,9
Pasta e Papel	40,1	51,3	92,9	103,0	77,0
Químicas	56,5	47,3	54,1	73,3	33,9
Deriv. pet. e carvão	25,7	42,9	139,4	222,8	-99,1
Prod. min. não metálicos	23,7	22,2	26,2	22,4	16,3
Metalurgia de base	27,9	22,5	24,7	25,2	37,5
Máquinas e Mat. de transporte	20,8	17,5	37,8	27,7	37,4
Const. e repar. naval	19,6	0,9	75,3	152,0	152,3
Transformadores div.	15,2	13,2	32,9	24,5	31,0

(1) — Total Exp./PIB

(2) — Exp. (i)/Produção (i)

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Externo e Contas Nacionais*  
 BP, *Relatório do Conselho de Administração*  
 GEBEI/IACEP, *Estudos Input-Output, Sistema de Matrizes*  
 (20 x 20)

eleva-se (Quadro IV). Uma análise mais desagregada confirmaria essa correlação, mas com excepções, nomeadamente no caso da electrónica em que há intenso comércio externo (exportações e importações) intra-ramo.

Estas últimas constatações permitem, assim, por um lado, aperceber desde já os grupos de produtos em que incide a especialização portuguesa, embora ainda a um nível consideravelmente geral; chegaremos posteriormente a uma análise mais fina através de outro tipo de indicadores. Por outro lado, permitem distinguir as áreas em que a satisfação da procura interna está mais dependente do exterior. De facto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações de cada produto (ou grupo de produtos) exprime, simultaneamente, a taxa de abertura pelas exportações e a taxa de penetração das importações no mercado interno (1).

(1) Se representarmos a taxa de cobertura por TC, a taxa de abertura por TA e a taxa de penetração por TP, temos:  
 ou seja:

$$\begin{aligned}
 TC &= \text{Exp} / \text{Imp} \\
 TA &= \text{Exp} / \text{PIB} \\
 TP &= \text{Imp} / \text{PIB} - \text{Exp} + \text{Imp}
 \end{aligned}
 \qquad
 \begin{aligned}
 TC &= \frac{TA}{1 - TA} \cdot \frac{1 - TP}{1 - TA}
 \end{aligned}$$

## QUADRO IV

Taxa de cobertura externa (TCE) desagregada — %

	1959	1964	1970	1974	1977
TCE global (1)	61,1	66,5	60,8	49,1	40,7
TCE por grupo de prod. (2)					
Ag., Silv., Pec. e Pesca	35,7	43,2	42,2	19,0	15,5
Ind. extractivas	22,5	35,1	29,2	17,9	4,7
Alim., Bebidas e tabaco	138,0	61,4	112,8	60,3	61,1
Têxteis	282,3	267,7	270,5	221,8	247,8
Vest., Calçado e Curtumes	84,4	1310,0	565,4	474,7	692,1
Madeira, Cortiça e Mobiliário	3438,6	3101,5	1272,0	928,5	2125,8
Pasta e Papel	69,1	146,7	233,0	254,5	205,7
Químicas	44,7	48,8	44,3	39,2	17,8
Deriv. pet. e carvão	48,3	20,5	64,7	58,0	28,5
Prod. min. não metálicos	196,3	223,5	226,3	125,3	100,0
Metalurgia de base	5,2	16,2	9,4	5,9	9,3
Máquinas e Mat. de transporte	10,5	14,2	27,4	25,8	23,4
Const. e repar. naval	1071,4	4,8	320,1	292,4	860,7
Transformadoras div.	25,6	28,7	54,3	39,1	42,9

(1) — Total Exp./Total Imp.

(2) — Exp.(i)/Imp.(i)

(1) e (2) — Exportações FOB; Importações CIF.

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Externo*.GEBEI/IACEP, *Estudos Input - Output, Sistema de Matizes*  
(20 x 20)

Assim, se observarmos o Quadro VI, verificamos que as taxas de penetração das importações no mercado interno mais elevadas, ao longo de todo o período, se encontram no sector extractivo (onde a taxa de abertura também é elevada, tratando-se, de facto, de produtos diferentes na exportação e na importação), nas químicas, nos derivados do petróleo e carvão (onde a taxa de abertura é muito alta nos anos imediatamente anteriores à crise do petróleo e à descolonização), na metalurgia de base e nas máquinas e material de transporte. Noutros casos, é baixa inicialmente, mas tende posteriormente a subir com certa regularidade (rubrica «agricultura, silvicultura, pecuária e pesca» e sector têxtil) e noutros ainda apresenta fortes e bruscas flutuações, tornando-se necessário proceder a uma análise mais desagregada para a sua interpretação, para além do conhecimento de certas causas afectando toda a rubrica, por exemplo, o carácter excepcional do ano de 1974. Os sectores exportadores de comportamento mais estável detectados atrás, em contrapartida, apresentam taxas de penetração relativamente baixas (taxa

de cobertura interna alta), com excepção do já referido têxtil onde, no entanto, para além de não ser muito elevada a taxa de penetração, há situações muito díspares de uns produtos para outros no interior do sector.

## QUADRO V

Taxa de penetração global (1) — %

Ano	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Taxa	19,3	20,2	21,9	19,2	19,8	21,6	22,7	22,7	20,8
Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	
Taxa	19,8	21,1	23,0	23,2	23,3	24,1	29,6	23,3	
Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	
Taxa	24,1	25,8	25,3	28,9	32,0	33,4	33,1	33,5	

(1) — Total Importações (CIF) / Consumo aparente (PIB+Imp.-Exp.)

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Externo e Contas Nacionais*  
BP, *Relatório do Conselho de Administração*

A nível global (Quadro V), verifica-se que o abastecimento do mercado interno se efectua de forma relativamente estável ao longo dos anos 60 com recurso à produção nacional na razão de cerca de 80%, podendo apenas detectar-se uma mini-fase de substituição de importações, aliás não muito pronunciada, entre 1965-66 e 1968-69. Esta evolução tem, contudo, como pano de fundo, comportamentos sectoriais divergentes. Assim, pode identificar-se um movimento significativo de substituição de importações na química, na metalurgia de base e na mecânica (Quadro VI), enquanto nos restantes sectores se assiste a um fenómeno inverso (substituição negativa de importações). Nos primeiros anos da década seguinte é visível, a nível global, uma nova progressão da penetração das importações, que, depois de uma paragem em 1975 e 1976 (devida, em grande parte, à política de contenção então adoptada), retomará o sentido ascendente para atingir valores consideravelmente elevados e nunca verificados antes. A nível sectorial haverá, desta vez, também substituição negativa nos próprios três sectores

que na década anterior constituíam excepção. No início dos anos 80, a produção nacional cobre menos de 67% do mercado doméstico, o que mostra, em relação ao início do período, uma nítida deterioração da capacidade de adaptação do sistema produtivo à procura interna.

QUADRO VI

Taxa de penetração (TP) desagregada — %

	1959	1964	1970	1974	1977
TP global (1)	19,3	21,6	23,0	29,6	25,8
TP por grupo de prod. (2)					
Ag., Silv., Pec. e Pesca	15,6	23,9	25,4	33,6	33,0
Ind. extractivas	78,7	93,1	114,5	107,6	92,6
Alim., Bebidas e Tabaco	34,5	25,2	34,9	62,0	30,7
Têxteis	21,6	41,2	46,5	66,9	45,3
Vest., Calçado e Curtumes	15,4	3,2	22,4	625,4	16,7
Madeira, Cortiça e Mobiliário	-86,3	68,4	258,8	747,6	14,2
Pasta e Papel	49,2	41,8	84,8	108,0	61,9
Químicas	74,4	64,8	72,7	87,5	74,2
Deriv. pet. e carvão	41,8	78,5	122,4	147,0	234,0
Prod. min. não metálicos	13,7	11,3	13,6	18,7	16,3
Metalurgia de base	88,3	64,2	77,7	85,1	86,6
Máquinas e Mat. de transporte	71,4	59,9	68,9	59,7	71,9
Const. e repar. naval	2,2	15,5	48,8	-(3)	-51,2
Transformadoras div.	41,1	34,7	47,5	45,3	51,1

- (1) — Total Importações / Consumo aparente
- (2) — Importações (i) / Consumo aparente (i)
- (3) — Valor do indicador sem significado

Fonte. INE, *Estatísticas do Comércio Externo e Contas Nacionais*  
 GEBEI/IACEP, *Estudos Input - Output, Sistema de Matizes*  
 (20 x 20)

Destas primeiras verificações dimana, assim, a conclusão evidente de que não só a dinâmica das exportações foi superada pela dependência das importações, como a estrutura global de uma e de outra apresenta uma rigidez considerável no conjunto do período observado. Vamos aprofundar seguidamente este último aspecto da internacionalização, analisando com mais pormenor a qualidade da especialização portuguesa.

## 2. UMA ESPECIALIZAÇÃO BANAL E POUCO EVOLUTIVA

Nesta perspectiva, importa, em primeiro lugar, identificar mais rigorosamente o padrão de especialização, o que faremos, por um lado, através da combinação de diferentes indicadores e, por outro, através da desagregação da estrutura do indicador.

Temos, assim, no Quadro VII, um indicador de polarização da competitividade com valores de 1959 a 1977, definido pelo rácio Saldo comercial do produto *i*/Semi-soma das Exportações e Importações totais. Confirma-se, deste modo, que os pólos de especialização mais forte e mais estável se encontram no sector do têxtil-vestuário e nas rubricas «madeira, cortiça, mobílias» e «pasta e papel», surgindo mais tardiamente um novo pólo na construção naval e notando-se uma especialização incipiente nos produtos minerais não metálicos.

## QUADRO VII

Índice de polarização da competitividade (1)

	1959	1964	1970	1974	1977
Ag., Silv., Pec. e Pesca	-0,152	-0,161	-0,119	-0,187	-0,220
Ind. extractivas	-0,077	-0,072	-0,111	-0,143	-0,195
Alim. Bebidas e Tabaco	0,028	-0,024	0,008	-0,038	-0,032
Têxteis	0,060	0,088	0,078	0,058	0,051
Vest., Calçado e Curtumes	-0,002	0,046	0,073	0,069	0,071
Madeira, Cortiça e Mobiliário	0,133	0,105	0,067	0,058	0,059
Pasta e Papel	-0,005	0,007	0,025	0,023	0,019
Químicas	-0,083	-0,074	-0,081	-0,093	-0,153
Deriv. pet. e carvão	-0,028	-0,042	-0,012	-0,014	-0,020
Prod. min. não metálicos	0,009	0,013	0,014	0,003	0
Metalurgia de base	-0,134	-0,091	-0,100	-0,110	-0,109
Máquinas e Mat. de transporte	-0,135	-0,278	-0,267	-0,264	-0,313
Const. e repar. naval	0,006	-0,006	0,016	0,028	0,055
Transformadoras div.	-0,033	-0,025	-0,022	-0,031	-0,031

(1) — Saldo Comercial (i) / (Exportações totais + Importações totais): 2

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Externo*  
GEBEI/IACEP, *Estudos Input - Output, Sistema de Matizes*  
(20 x 20)



Numa análise mais desagregada (Quadro VIII) e com um indicador não muito diferente do anterior <sup>(2)</sup>, verifica-se, contudo, que aparecem em cena nos anos 70, para além da construção naval, os ramos do tabaco (especialização inexpressiva), dos curtumes e corte de pêlo, do papel e outros produtos do

QUADRO VIII

Ramos IØGP (1) em que Portugal detém vantagens comparativas (2) em 1977

02 — Silvicultura	21 — Madeira
04 — Pesca e conservas de peixe	22 — Cortiça
06 — Extracção de minerais não metálicos	24 — Pasta para papel
09 — Conservas de frutas	25 — Papel, cartão e artigos de pasta, papel e cartão (3)
13 — Bebidas	28 — Artigos de matérias plásticas (3)
14 — Tabaco (3)	31 — Óleos não alimentares
15 — Têxtil de lã e mistos	37 — Outros minerais não metálicos
16 — Têxtil de algodão e mistos	42 — Máquinas e material eléctrico (3)
17 — Têxtil de fibras duras, cordoaria e tapeçaria	43 — Construção e reparação naval (3)
18 — Vestuário	
19 — Calçado	
20 — Curtumes e corte de pêlo (3)	

(1) — Classificação input-output por grupos de produtos utilizada nas matizes de produção.

(2) — Vantagens Comparativas Reveladas:

$$VCR_i = \ln \left( \frac{X_i : M_i}{\sum_{i=1}^n X_i : \sum_{i=1}^n M_i} \right) = \ln \left( \frac{X_i : \sum_{i=1}^n X_i}{M_i : \sum_{i=1}^n M_i} \right), \text{ em que } \begin{cases} i = \text{Produto} \\ X = \text{Exportações} \\ M = \text{Importações} \end{cases}$$

(3) — Vantagem só adquirida após 1970. Todas as outras já existiam, assim, nesta data.

Fonte: GEP (Ministério da Indústria), *Competitividade e especialização perante a CEE, vol. IV (A vantagem comparativa revelada do comércio externo)*, 1981, pp. 10-11.

(2) O indicador é, neste caso (Vantagens Comparativas Reveladas):

$$VCR_i = \ln \left( \frac{X_i : M_i}{\sum_{i=1}^n X_i : \sum_{i=1}^n M_i} \right) = \ln \left( \frac{X_i : \sum_{i=1}^n X_i}{M_i : \sum_{i=1}^n M_i} \right)$$

QUADRO IX

Estrutura da indústria transformadora (%)

Setores	1964			1973			1978			1980										
	VAB	FBCF	EXP IMP	VAB	FBCF	EXP IMP	VAB	FBCF	EXP IMP	VAB	FBCF	EXP IMP								
Alimentação . . . . .	10,4	11,4	17,8	9,8	10,0	10,9	11,8	10,1	9,3	11,5	11,0	8,6	7,3	7,4	9,2	10,4	8,5	5,7	6,7	
Bebidas . . . . .	2,2	0,9	3,3	0,5	0,1	3,3	1,4	4,1	4,3	0,3	2,8	1,5	2,2	4,6	0,3	2,3	1,4	3,1	3,8	0,3
Tabaco . . . . .	0,6	0,3	1,1	0,0	0,1	1,6	0,3	0,3	0,0	0,1	1,3	0,3	0,1	0,0	0,0	1,1	0,3	0,2	0,0	0,0
Textil e Vestuário . . . . .	22,6	28,0	33,4	30,8	16,4	20,7	28,5	23,7	32,9	6,8	18,7	27,2	12,4	31,6	4,3	19,6	27,7	17,2	28,3	5,9
Calçado e curtumes . . . . .	2,4	3,0	1,4	1,2	0,1	2,0	3,1	1,7	1,7	0,5	2,1	3,0	0,7	3,3	0,5	2,3	3,4	1,7	3,7	0,8
Madeira e cortiça . . . . .	5,5	7,8	2,0	18,1	0,3	5,0	7,6	5,0	10,6	0,4	4,6	6,4	2,1	10,9	0,2	5,8	6,1	4,5	10,3	0,5
Móveis . . . . .	1,2	1,7	0,7	0,2	0,1	1,4	2,2	1,2	0,1	0,2	1,8	2,5	1,2	0,1	0,1	1,9	2,0	0,6	0,4	0,0
Papel e artigos em papel . . . . .	4,0	2,4	3,3	3,4	1,6	4,0	2,5	4,2	5,8	1,6	3,9	2,7	4,7	5,0	1,4	5,0	2,7	5,6	6,1	1,5
Impressão e edição . . . . .	2,5	2,6	1,9	0,3	0,3	3,9	4,4	3,1	0,2	0,5	3,3	3,5	1,0	0,6	0,5	3,2	3,6	1,7	0,5	0,4
Produtos de borracha . . . . .	1,0	1,0	0,8	1,3	0,7	1,7	1,3	1,5	0,7	0,7	1,5	1,2	0,6	0,2	1,1	1,0	1,1	0,7	0,3	1,0
Indústria química . . . . .	8,1	4,8	8,0	10,3	15,5	11,0	6,9	9,6	7,2	16,6	9,7	7,2	20,1	5,4	19,3	9,8	7,3	25,5	7,7	18,8
Adubos . . . . .	—	—	—	—	—	1,2	0,5	0,6	0,7	0,3	0,3	0,5	0,6	1,2	0,1	-0,7	0,4	0,7	0,9	0,3
Derivados do petróleo . . . . .	4,6	0,2	—	—	—	0,6	0,3	1,3	1,4	2,2	-0,3	0,3	20,3	2,0	3,9	3,9	0,3	0,1	5,8	5,0
Minerais não metálicos . . . . .	5,7	7,5	5,6	3,6	0,9	7,1	8,5	7,2	2,9	1,3	8,2	8,3	8,1	2,8	1,3	6,9	8,2	7,0	3,1	1,2
Cimento . . . . .	1,5	0,6	4,3	—	—	1,3	0,4	6,6	0,1	0,1	2,2	0,4	0,7	0,0	0,1	1,5	0,4	0,4	0,0	0,2
Metalurgia de base . . . . .	0,4	1,9	2,7	2,2	11,7	3,6	3,0	3,8	1,2	9,1	6,0	3,1	3,2	2,7	12,5	4,6	3,4	5,5	2,6	7,1
Artigos em metal . . . . .	6,0	7,2	7,5	3,3	3,8	5,0	5,4	4,3	3,2	3,4	5,3	5,5	3,6	5,2	3,4	5,6	5,9	4,4	4,8	6,8
Máquinas não eléctricas . . . . .	4,2	4,6	2,9	2,0	17,2	2,5	1,9	1,7	3,8	19,1	3,0	2,9	1,5	3,4	19,6	2,9	3,2	2,3	2,8	19,1
Material eléctrico . . . . .	3,3	2,4	2,0	1,4	6,2	4,7	4,5	4,2	8,5	7,2	5,6	4,5	4,0	7,4	7,9	5,8	4,6	4,0	6,3	8,1
Construção naval . . . . .	2,8	3,0	4,3	0,2	7,6	4,1	2,8	1,5	0,9	4,7	4,2	4,2	1,5	1,0	1,0	4,2	3,8	2,8	0,6	0,4
Material de transporte . . . . .	6,2	6,5	0,5	—	—	4,7	2,8	2,3	1,8	11,1	3,7	3,1	2,5	2,9	11,2	3,6	3,2	2,9	4,3	11,5
Outras ind. transf. . . . .	1,9	2,2	2,8	0,9	1,9	0,6	0,8	0,3	1,9	4,5	0,6	0,7	0,3	2,2	3,9	0,5	0,6	0,4	2,0	4,2
Indústrias transformadoras . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE e DCP, in OCDE (1984).

ramo (para além da pasta), dos artigos de matérias plásticas e das máquinas e material eléctrico. Paralelamente, reforça-se, em alguns casos, a especialização já existente anteriormente (principalmente nos ramos do vestuário, do calçado e da madeira), mas enfraquece a de outros ramos (mais expressivamente nas rubricas Silvicultura, Conservas de frutos e Óleos alimentares). No caso do sector têxtil (em sentido amplo), constata-se, de facto, um nítido movimento de descida da especialização dos ramos tradicionais (fio, tecido: ambos cerca de 60% das exportações do sector em 1963, 43,5% em 1970 e 22% em 1983) para as actividades a jusante da cadeia produtiva (vestuário em tecido e em malha, ourtos artigos em tecido: conjuntamente 17% das exportações do sector em 1963, 41% em 1970 e 71,5% em 1983) (Silva, 1984).

Numa observação ainda mais pormenorizada, cabe salientar a importância de algumas das novas especializações pelo progresso qualitativo que representam, designadamente na electrónica de consumo e componentes electrónicos, nas máquinas de escritório e na informática. Trata-se, porém, nestes casos (e ainda nos da construção naval e relógios) de «pólos de especialização de enclave», caracterizados por uma forte orientação exportadora com baixo grau de cobertura do mercado interno (intenso comércio intra-categoria) e ligados, essencialmente, ao investimento estrangeiro ou à subcontratação internacional (Rodrigues *et al.*, 1983) <sup>(3)</sup>. Esta circunstância faz da dinâmica destes ramos uma característica, não da economia portuguesa, mas das empresas que vêm efectuar estas produções em Portugal ou por intermédio da economia nacional.

Se atendermos, por outro lado, à importância relativa no produto, no emprego, na FBCF e nas próprias trocas externas da indústria transformadora dos sectores em que Portugal detém especialização, verifica-se (Quadro IX) que predomina largamente, ao longo de todo o período analisado, o sector da têxtil e confecção, sendo ainda muito pouco expressiva a importância relativa das categorias em que há especialização recente, embora seja visível a ascensão das máquinas eléctricas. Quer dizer, aquele primeiro sector marca pesadamente e de forma constante a estrutura industrial.

---

(3) O indicador de especialização utilizado é, neste caso, definido pelo rácio: 
$$\frac{P \text{ (produção)}}{P + \text{Imp} - \text{Exp}} = \frac{P - \text{Exp}}{P + \text{Imp} - \text{Exp}} : 1 - \frac{\text{Exp}}{P}$$

Esta polarização da especialização em actividades tradicionais com conseqüente hipertrofia relativa destas actividades na estrutura produtiva interna é uma especificidade portuguesa no contexto da própria Europa do Sul. Assim, como se pode ver no Quadro X, em que se opera com um indicador não apenas baseado em variáveis relativas à economia nacional como os que utilizámos até aqui, mas em que se reporta o padrão nacional à estrutura do comércio mundial (<sup>4</sup>), a especialização portuguesa aparece concentrada unicamente na categoria «indústrias tradicionais» (da secção dos bens de consumo), ao contrário da Espanha que detém especialização em duas outras categorias (bens intermédios e bens de equipamento) e da própria Grécia que apresenta especialização na rubrica Metais.

Para além do carácter «banal» da participação portuguesa na economia mundial, pode ainda constatar-se que o peso relativo desta participação é decrescente. Assim, como mostra o Quadro XI, após uma ligeira ascensão da parte das exportações nacionais nas exportações mundiais até ao início dos anos setenta, há um nítido decréscimo deste rácio na segunda metade da década, com sinais muito pouco expressivos de recuperação. Em contraste, a quota de mercado da Espanha e da Grécia aumenta significativamente.

A especialização portuguesa revela, assim, a sua fragilidade intrínseca numa nova perspectiva: a pouca dinâmica comparativa que imprime às exportações ou, noutros termos, a sua passividade perante os movimentos da economia mundial. É certo que, no que concerne ao principal sector de exportação (têxtil-vestuário), embora globalmente o sector tenha perdido posição internacional, há evolução divergente dos diferentes ramos na segunda metade dos anos setenta: retracção no caso dos «fios, tecidos e cordas» e das «confecções»; melhoria do «têxtil-lar» e das «malhas» (Rodrigues *et al.*, 1983). Mas mesmo a dinâmica parcial que este sector continua a revelar é susceptí-

(<sup>4</sup>) Trata-se do seguinte indicador de especialização (ES):

$$ES_{ij} = \frac{X_{ij}}{X_i} : \frac{X_j}{X..}, \text{ em que}$$

$ES_{ij}$  = especialização do país  $i$  no produto  $j$ ;  
 $X_{ij}$  = exportações do produto  $j$  pelo país  $i$ ;  
 $X_i$  = exportações totais do país  $i$ ;  
 $X_j$  = exportações mundiais (ou de um grupo de países) do produto  $j$ ;  
 $X..$  = exportações mundiais (ou de um conjunto de países) de todos os produtos.

vel de diferentes interpretações consoante se privilegie a óptica estrita do equilíbrio externo corrente a curto prazo ou a da competitividade estrutural e do reforço interno do sistema produtivo.

QUADRO X

Participação nas exportações mundiais (%)

	1950	1960	1970	1973	1976	1978	1980
Portugal	0,31	0,26	0,30	0,32	0,18	0,18	0,23
Espanha	0,64	0,57	0,76	0,90	0,88	1,01	1,03
Grécia	0,15	0,16	0,20	0,25	0,26	0,26	0,26

Fonte: CNUCED, *Manuel de Statistiques*.

QUADRO XI

Especializações industriais na Europa do Sul (1)

Tipos de indústrias	Ramo ind.	País		
		Espanha	Grécia	Portugal
Indústrias «tradicionais»	Calçado	++	++	++
	Vestuário	+	++	++
	Mobílias	+	---	---
	Couros	++	++	—
	Têxtil	—	++	++
	Madeira-papel	+	+	++
Indústrias «pesadas»	Metais	=	+	---
	Produtos químicos	—	—	—
Indústrias a jusante	Borracha - Maté- rias plásticas	++	---	---
	Const. naval	++	---	—
	Outro material de transporte	—	---	---
Bens de equipamento	Equip. mecânico	—	---	---
	Equip. eléctrico	—	---	=

(1) Dados relativos a finais dos anos 70. Um país é especializado (+) num dado ramo se a parte das exportações deste ramo nas exportações totais do país é superior à parte correspondente nas exportações do conjunto de países (OCDE). O sinal (++) indica uma forte especialização; (=), indica uma parte normal; (—), indica sub-especialização e (---) indica forte subespecialização.

Fonte: C. Courlet e J. Laganier (1984).

### 3. O PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO E O DÉFICE EXTERNO: UM MODELO EXPORTADOR NÃO INDUSTRIALIZANTE

Numa óptica de curto prazo, a solução «natural» para o reequilíbrio da balança de transacções correntes aponta para a maximização dos efeitos criadores de divisas do modelo exportador já instalado, combinada com outras medidas, entre as quais, as restrições às importações. Nesta perspectiva, a política económica tende a manter, quiçá a reforçar, a especialização existente, pois o prazo de modificação da estrutura desta é incompatível com o prazo de consecução dos objectivos imediatos prosseguidos. É, no essencial, esta a orientação que tem presidido à política económica portuguesa desde 1977.

O fundamento contabilístico desta escolha pode ilustrar-se através dos resultados apresentados no Quadro XII da aplicação à economia portuguesa dum indicador corrente de «contribuição para a balança comercial» de cada ramo industrial em 1981<sup>(5)</sup>. A conclusão é imediata e está implícita na própria estrutura prévia da especialização (note-se a proximidade entre este indicador e alguns dos que utilizámos atrás para a identificação desta estrutura): a maximização imediata da criação de meios de pagamento ao exterior através da exportação passa pelo estímulo aos sectores de exportação tradicionais, uma vez que são estes que proporcionam a maior «contribuição» para a balança.

Neste caso porém, como, de resto, numa grande parte de outras situações da vida económica, o que mais convém a curto prazo não é o que mais interessa num horizonte mais amplo. Assim, a preferência que tem sido dada à estabilização da conjuntura por intermédio de mecanismos de acção imediata enferma de diversos vícios que, por um lado, se traduzem pela ineficácia crescente da própria política conjuntural em relação aos seus objectivos explícitos, por outro, tendem a agravar as

(5) O indicador é o seguinte.

$$\text{CONT}_i = \left[ \frac{(X_i - M_i)}{(X_i + M_i)} - \frac{(X - M)}{(X + M)} \right] \cdot \frac{(X_i + M_i)}{(X + M)} \cdot 100,$$

$$\text{em que } \begin{cases} X_i = \text{Exp. do produto } i \\ M_i = \text{Imp. do produto } i \\ X = \text{Exp. totais} \\ M = \text{Imp. totais} \end{cases}$$

## QUADRO XII

Contribuição para a balança comercial (\*)

CMCE (1981)	Conteúdo do ramo	CONTi
27.10	Óleos provenientes da destilação do petróleo ou dos óleos minerais betuminosos, etc.	4,69
47.01	Pastas para o fabrico de papel	3,91
48.01	Papel, cartolina e cartão, em rolos ou em folhas	1,01
55.05	Fios de algodão não acondicionado para venda a retalho	0,80
55.09	Tecidos de algodão n. e.	1,53
56.07	Tecidos de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	1,02
60	Malha elástica e respectivos artefactos	5,39
61	Vestuário e acessórios de vestuário, de tecidos	5,79
62.02	Roupas de cama, mesa, etc.	3,67
64	Calçado, polainas, etc.	2,92
69	Produtos cerâmicos	0,75
70	Vidro e suas obras	0,70
73.21	Construções e respectivas partes, de ferro fundido, ferro macio ou aço, etc.	0,61
83	Obras dversas de metais comuns	0,35
84.53	Máquinas automáticas de tratamento da in- formação e respectivas unidades; leitores magnéticos, etc.	0,36
85.15.01	Aparelhos receptores para rádiodifusão	0,56
85.15.02	Aparelhos receptores para televisão	0,56
85.21.03.02	Microcircuitos electrónicos	0,63
90.07	Máquinas fotográficas	0,32

(\*) — Ver nota 6.

Fonte: INE, *Estatística do Comércio Externo*, in Figueira (1984).

condições estruturais dessa política e a agudizar a contradição entre o curto e o longo prazo.

Quanto ao primeiro ponto referido, são conhecidos os principais aspectos da perda crescente de eficácia da intervenção conjuntural com o conseqüente agravamento do défice externo, especialmente na sua expressão financeira. O que não é demais realçar é a estreita ligação entre esses maus resultados e, por um lado, o conteúdo das exportações portuguesas, por outro, o tipo de instrumentos accionados para manter a competitividade internacional destas exportações.

Assim, é sabido que a desvalorização cambial tem sido um dos principais instrumentos utilizados. Ora, está demonstrado

que o carácter não essencial das exportações nacionais para os seus compradores estrangeiros as torna mais sensíveis, na maior parte dos casos, às variações do rendimento disponível nos países compradores do que ao preço relativo <sup>(6)</sup>, reduzindo, por isso, fortemente a eficácia da política de desvalorização cambial e deixando o comportamento do sector exportador (assim como o conjunto da economia pela importância relativa deste sector) largamente dependente das flutuações da conjuntura dos parceiros comerciais.

Em contrapartida, dada a fraca elasticidade-preço de uma boa parte das importações portuguesas decorrente do seu carácter essencial (energia, produtos alimentares, bens de equipamento, tecnologia), estas importações encarecidas ou abrandam pouco (caso dos bens de consumo necessários) fazendo, deste modo, aparecer efeitos perversos na política adoptada, ou decrescem significativamente (caso dos bens de investimento e tecnologia) inviabilizando neste caso a renovação do capital produtivo e agravando o estado das estruturas. A prossecução de objectivos imediatos de competitividade pelos efeitos-preço baseados na desvalorização da moeda pode, assim, não só agravar o défice que se pretende corrigir (como tem acontecido, em parte), como deteriorar as condições para a passagem a uma competitividade estrutural (como está acontecendo), a qual exige, necessariamente, uma dinâmica de investimento para modernização do sistema produtivo.

Por outro lado, o ajustamento externo pela combinação, que tem sido praticada, da degradação dos salários reais internos com a desvalorização cambial (isto é, acção sobre o salário relativo), a que se associa o encarecimento relativo dos bens de capital, elimina a pressão à alta da produtividade e suprime a incitação à elevação do nível técnico das empresas. Esta ausência de ganhos de produtividade, por sua vez, impede a criação de bases para aumentos futuros de salários reais, entrando-se num círculo vicioso sem solução interna.

Se tivermos em conta que a maior parte dos produtos exportados pela economia portuguesa correspondem a actividades com baixa intensidade de capital e baixa qualificação da mão-de-obra (Murteira e Murteira, 1983) e que este é um dos principais aspectos da sua inferioridade qualitativa, apercebemo-nos de que a política económica criou, ela própria, uma engrenagem que, para além de não conduzir ao reequilíbrio

---

<sup>(6)</sup> Veja-se o cálculo das diversas elasticidades em Conjuntura (BPA), Outubro, 1983.



conjuntural, bloqueia a modernização estrutural do próprio sector exportador.

Ora, pode demonstrar-se que aquele reequilíbrio só poderá ser conseguido eficazmente, por um lado, a prazo e não de imediato, por outro, através da evolução, sem demora, do modelo exportador vigente para outro qualitativamente mais evoluído e com um grau e um modo de inserção no sistema produtivo interno consideravelmente diferentes.

De facto, uma parte dos efeitos perversos da política económica a que fizemos referência atrás derivam da grande dependência (em inputs intermédios e em equipamentos) da produção destinada à exportação, o que faz da contabilidade dos efeitos do sector exportador na balança comercial através de indicadores do tipo daquele que referimos um exercício altamente ilusório<sup>(7)</sup>. Assim, se atendermos ao que é necessário importar por cada unidade produzida (conteúdo importado) constatamos, numa primeira aproximação (Quadro XIII) — isto é fazendo entrar no cálculo apenas as importações directas e indirectas de inputs intermédios requeridas pelo sistema produtivo para fazer face a uma procura adicional de uma unidade — que alguns dos sectores que, segundo o indicador anterior, mais contribuem para a balança comercial e que, simultaneamente, têm maior taxa de cobertura (têxtil, vestuário e calçado) se encontram entre os de maior coeficiente de dependência exterior. Deste modo, o ganho líquido de divisas (diferença para a unidade do coeficiente de importação) é baixo nestes sectores, o que reduz a sua contribuição efectiva para a balança de pagamentos.

Por outro lado, se contarmos também as importações induzidas (intermédias e para as famílias) pela distribuição de rendimentos gerados no processo produtivo desencadeado por aquela unidade adicional de procura final, a proporção das divisas que ficam disponíveis sofre nova redução e se contabilizarmos, finalmente, a reposição do capital depreciado pela utilização do equipamento correspondente àquele processo produtivo na sua parte importada, chegamos a uma disponibilidade líquida de divisas ainda menor. O Quadro XIV mostra os resultados finais do mecanismo descrito após a contabilização de todas as importações necessárias. Pode constatar-se que as divisas deixadas disponíveis pela exportação de uma unidade da

---

(7) Veja-se, sobre alguns limites da análise puramente contabilística da exportação no caso de um ramo de sobreespecialização recente (os moldes para artigos em plástico), Figueira (1984).

QUADRO XIII

Coefficientes de importações intermédias (1) sectoriais

Sectorios da Matriz (20 x 20)	1959		1964		1970		1974		1977	
	Import. directas	Import. totais (2)	Import. directas	Import. totais (2)	Import. directas	Import. totais (2)	Import. directas	Import. totais (2)	Import. directas	Import. totais (2)
Ag. Silv., Pec. e Pesca	.024	.059	.023	.059	.034	.090	.024	.089	.034	.102
Ind. Extractivas	.033	.066	.016	.046	.036	.066	.039	.102	.048	.090
Aliment., Bebidas e Tabaco	.134	.198	.104	.165	.131	.219	.236	.317	.175	.274
Texteis	.313	.427	.287	.389	.200	.304	.247	.327	.259	.374
Vest., Calçado e Curtumes	.183	.285	.080	.141	.073	.222	.130	.289	.102	.254
Madeira, Cortiça e Mobílias	.041	.099	.048	.104	.087	.165	.120	.193	.126	.218
Pasta e Papel	.112	.198	.081	.161	.079	.159	.066	.166	.102	.181
Químicas	.215	.312	.178	.263	.190	.303	.268	.373	.262	.347
Deriv. pet. e carvão	.433	.440	.658	.667	.642	.688	.837	.852	.831	.879
Prod. miner. não metal.	.094	.133	.065	.098	.061	.092	.041	.171	.088	.141
Metalurgia de base	.234	.353	.129	.190	.229	.372	.397	.505	.256	.442
Maq. e Mat. de transp.	.296	.375	.257	.301	.255	.331	.196	.254	.333	.422
Construção e Reparação naval	.298	.359	.132	.156	.074	.181	.213	.313	.168	.237
Transformadoras diversas	.251	.326	.173	.214	.183	.243	.246	.293	.269	.339
Electric., gás e água	.032	.033	.002	.030	.013	.051	.030	.133	.025	.067
Const. civil e Obras públicas	.089	.152	.055	.115	.033	.142	.064	.156	.031	.112
Comércio	.000	.008	.000	.022	.009	.024	.003	.017	.014	.062
Transportes e Comunic.	.102	.162	.161	.207	.053	.114	.056	.144	.073	.181
Outros Serviços	.011	.039	.007	.190	.014	.032	.016	.037	.013	.044

(1) — Importações de bens intermédios correspondentes à produção de uma unidade (Matriz de Leontief).

(2) — Importações totais = Import. directas + Import. indirectas.

Fonte: GEBEI / IACEP, Estudos Input - Output, Sistema de Matrizes (20 x 20).

rubrica «têxteis, vestuário e calçado» correspondem apenas a 48% dessa unidade, valor praticamente idêntico à média da economia.

Este resultado permite-nos tirar algumas ilações importantes. Em primeiro lugar, mostra a considerável rigidez do desequilíbrio da balança de pagamentos e, conseqüentemente, o irrealismo de expectativas imoderadas alimentadas em relação à capacidade de rápido reequilíbrio externo com base no modelo exportador (Cravinho e Figueiredo, 1983).

Em segundo lugar, permite aperceber a desarticulação interna, não só do sector apresentado como exemplo, mas de todo o sistema produtivo, dado que se consideram todas as

## QUADRO XIV

Disponibilidade de divisas na exportação líquidas de importações (\*)

Sectores produtivos	Intermédias	Intermédias e Famílias
01 — Agricultura e Pesca	.65	.54
02 — Energia	.14	.09
03 — Metalurgia de Base	.39	.31
04 — Minerais não Metálicos	.54	.43
05 — Químicas	.44	.35
06 — Metalomecânica	.52	.43
07 — Alimentares	.56	.46
08 — Bebidas e tabaco	.61	.51
09 — Têxteis, Vest. e Calçado	.59	.48
10 — Madeira e Cortiça	.62	.51
11 — Papel, Tip. e Transf. div.	.59	.49
12 — Construção	.62	.52
13 — Reparações	.60	.52
14 — Comércio e HORECA	.71	.60
15 — Transp. e Comunicações	.57	.45
16 — Bancos, Seg. e Habitação	.76	.64
17 — Serviços Diversos	.73	.61
18 — Serv. Com. Educ. e Saúde	.73	.61
19 — Serv n/Com. Educ. e Saúde	.74	.61
20 — Administração Pública	.70	.57
MÉDIA SIMPLES	.59	.49
MÉDIA PONDERADA	.56	.46

(\*) — Diferença para a unidade dos coeficientes de importação correntes e para reposição de capital (Matriz Sócio-Económica para o Continente — MATSEC — 1977).

Fonte: Cravinho e Figueiredo (1983).

interdependências. Nesta óptica, importa sublinhar que a evolução dos coeficientes de importação no período (1959-1977) (Quadro XIII) sugere a existência de efeitos de industrialização muito fracos por parte do modelo exportador seguido, já que a dependência do exterior em inputs intermédios dos principais ramos exportadores se mantém relativamente estável no conjunto do período (aparente melhoria nos anos 60, inflexão para agravamento nos anos 70). Para o conjunto do sistema produtivo, tem-se mesmo um reforço desta dependência (Quadro XV) com evoluções igualmente distintas nos anos 60 (melhoria) e nos anos 70 (agravamento).

Esta ausência de efeitos industrializantes torna-se ainda mais patente se considerarmos o recurso do sector exportador a capital produtivo importado. Assim, no caso das máquinas têxteis (para o têxtil e o vestuário), a taxa de cobertura das importações pelas exportações era apenas de 6,2% em 1967-69 (média do triénio), mantém-se no mesmo valor em 1971-73 (*idem*) e sobe muito pouco significativamente (se considerarmos a retracção do investimento interno) para 7,5% em 1978-80 (*idem*). A produção nacional cobre, assim, apenas 20% da procura interna em 1979-80 (Silva, 1984). Depreende-se, deste modo, que este sector, apesar de ser o de maior peso quantitativo (com conseqüente maior dimensão do mercado interno para inputs intermédios e bens de equipamento) e o de mais longa tradição, não teve efeitos de arrasto significativos a montante (apenas a jusante apareceram efeitos importantes, como vimos atrás). O seu crescimento traduz-se, assim, pela transferência dos principais efeitos de industrialização possíveis a partir deste sector (inputs intermédios e bens de equipamento) para os países fornecedores, em vez de serem endogeneizados pela economia nacional.

## QUADRO XV

Coeficientes de importações intermédias directas globais

		1959	1964	1970	1974	1977	1982
$\frac{\text{Total inputs interm. (*)}}{\text{Input total}} \times 100$		43,4	41,8	47,0	44,0	48,7	54,6
$\frac{\text{Inputs interm. importados}}{\text{Input total}} \times 100$		11,0	9,6	9,9	13,1	13,3	15,9
$\frac{\text{Inputs interm. importados}}{\text{Total inputs intermédios}} \times 100$		25,3	22,9	21,0	29,7	27,4	29,1

(\*) — Inputs de origem interna+inputs importados.

Fonte: GEBEI / IACEP, *Estudos Input - Output, Sistema de Matrizes (20 x 20)*.

## CONCLUSÃO

Da análise efectuada depreende-se que, na perspectiva da industrialização e do desenvolvimento — que, afinal, não poderá deixar de prevalecer — a necessidade de protecção ao sector têxtil-vestuário deixa de ser evidente e torna-se problemática: não basta a importância do sector na exportação (ela própria, aliás, grandemente ilusória, como se viu) para justificar a atribuição de prioridade, mas é também (sobretudo) necessário que a dinâmica do sector em causa obedeça a condições muito precisas. Note-se ainda que não é, de modo algum, indiferente para os outros sectores o maior ou menor peso daquele; uma grande imobilização de recursos na produção têxtil significa necessariamente (já que os recursos produtivos são escassos e os seus empregos alternativos) a sua falta para outras actividades tanto ou mais importantes do que aquela.

A questão do ajustamento externo tem, assim, que ser vista, não a longo prazo no sentido de eternamente adiada porque há problemas do momento que obrigam a «escolher», mas desde o início (de imediato) para se poderem aplicar soluções consistentes com resultados duradouros (que, de qualquer modo, só poderão aparecer a prazo). Noutros termos, mesmo na vizinhança de um ponto de ruptura financeira externa (noção, aliás, em grande parte convencional) a estabilização da conjuntura num país como Portugal nunca é, verdadeiramente, um problema isolado susceptível de ser visto com autonomia, mas um aspecto particular de uma situação mais vasta de instabilidade estrutural e de debilidade intrínseca do sistema produtivo, que deverá ser encarado em articulação com a correcção dos desequilíbrios de estrutura. De facto, importa ter presente que o problema central da especialização portuguesa é que ela precede o desenvolvimento e não é o resultado deste, como nos países avançados. Deste modo, põe-se à partida a questão da passagem das estruturas de especialização iniciais (que, neste caso, são também o essencial das estruturas económicas) a estruturas mais avançadas através dos impulsos provenientes do mercado externo; noutros termos (M. Byé), põe-se o problema da passagem das vantagens comparativas «curtas» às vantagens comparativas «longas». Esta anterioridade histórica coloca, assim, às economias subindustrializadas um problema que as outras não tiveram que resolver, o que significa que, para que esta anterioridade possa ter fundamento na teoria e expressão na política económica não basta (não é possível, aliás) importar soluções das economias de vanguarda.

Pode, é claro (e deve, mesmo), tomar-se o exemplo de países onde, a partir da têxtil ou de outras indústrias de bens de consumo altamente voltadas para o exterior se caminhou para os sectores a montante com progressos sucessivos em termos de coesão e solidez do sistema produtivo. Porque não referir o caso mais recente da Coreia do Sul? Só que então é necessário tirar todas as consequências da comparação e pesquisar as causas exactas do sucesso. Importa, assim, sublinhar, em primeiro lugar, que estes casos não abundam; toma-se por sinal de sucesso, frequentemente, não o impacto transformador na estrutura produtiva, mas o estímulo à taxa de crescimento do produto e, em particular, das exportações. Importa compreender, em segundo lugar, que a irradiação industrializante a partir do têxtil não se faz (não se fez) automaticamente (pelos mecanismos espontâneos do mercado), mas com uma dose considerável de intervenção consciente dos poderes públicos no sentido de organizar e garantir a realização dos efeitos de industrialização. Acrescente-se, aliás, que a ausência deste automatismo é igualmente constatável nas outras indústrias, incluindo as de bens de equipamento, não obstante o lugar estratégico que estas últimas ocupam em qualquer processo de industrialização pelo seu papel de fornecedores de capital físico a todo o sistema produtivo e pela sua capacidade de modificação estrutural da função de produção.

Sublinhe-se, por último, que o problema em análise nunca poderá encontrar uma solução satisfatória se continuar a ser formulado, primeiro em termos de especialização, e só depois em termos de desenvolvimento. É preciso, sem dúvida, inverter a óptica da abordagem: a especialização deverá ser um elemento do desenvolvimento e não este um resultado (possível, mas não necessário) daquela. É imprescindível, noutros termos, definir primeiro as «preferências nacionais de estrutura» (J. Weiller) e fazer depender destas a estratégia de internacionalização. Importa, assim, revalorizar a ideia de nação (emancipada de todos os chauvinismos) e redescobrir no interior desta as forças do desenvolvimento, pois este é concebido, cada vez mais como a «dinamização da sociedade no seu próprio ser» (UNESCO, 1981). São de ardente actualidade as palavras do poeta: «É preciso voltar a ter uma raiz/um chão para lavrar/um chão para florir./É preciso um país».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Courlet, C. e Laganier, J. (1984), *L'Europe du Sud au Milieu du Gué*, Grenoble, PUG.
- Cravinho, J. e Figueiredo, C. (1983), «Coeficientes de importações arrastadas, criação de novas disponibilidades de divisas e desequilíbrio da balança de pagamentos», *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, CISEP.
- Figueira, Eduardo (1984), «O sector dos moldes para plásticos e a especialização internacional da economia portuguesa», Comunicação ao II Congresso da Indústria de Moldes para Matérias Plásticas, Marinha Grande.
- Murteira, Mário e Murteira, Aurora (1983), «A inserção da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho (notas para um debate)», *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa, CISEP.
- Rodrigues, Eduardo Ferro, Ribeiro, J. Félix e Fernandes, L. Gomes, (1983), *A Especialização de Portugal em Questão*, Lisboa, Banco de Fomento Nacional — IACEP/GEBEI.
- Silva, Mário Rui (1984), «Le rapport salarial dans les industries textiles et de l'habillement au Portugal», Grenoble, IREP-D/CERCID.
- UNESCO (1981), Plano de Médio Prazo 1977-82, in François Perroux, *Pour Une Philosophie du Nouveau Développement*, Paris, Aubier/Presses de l'UNESCO.